



AMBIENTE

Reduto ecológico em sítio de Parelheiros

Advogado comprou área para lotear e hoje é proprietário da única Reserva Particular do Patrimônio Natural urbana

Adriana Fernandes Farias
de São Paulo

Mais do que uma preocupação com a natureza, foi o patriotismo que fez com que o advogado Jayme Vita Roso, de 65 anos, transformasse seu sítio, a 40 km do centro da capital, na única Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) situada em zona urbana. Uma das primeiras surpresas para quem visita o Sítio Curucutu, em Parelheiros, é olhar para o chão e ver pegadas de um filhote de veado. Ali há ainda várias tocas de tatu, além de pacas, quatis, antas, bichos-preguiça, onças e cerca de 52 tipos de aves, como arapongas, gaviões, tucanos e corujas.

Para recuperar e manter esse reduto ecológico de 800 mil m² e mais, de 60 espécies de árvores, Roso diz empregar em média US\$ 100 mil ao ano na compra de mudas e sementes, adubo e no pagamento de dez empregados. "Trabalho 24 horas por dia para mantê-la", afirma. "O retorno é espiritual."

Nos anos 60, quando comprou três glebas degradadas no sul do município, a intenção era lotear o terreno. Mas a idéia foi substituída, com o tempo, pela vontade de criar uma área ambiental. "Foi um longo processo. Não se muda da noite para o dia", explica.

Desde que começou a recuperar a área, há 14 anos, o advogado ampliou seu terreno e plantou cerca de 800 mil árvores, de 60 espécies. "É uma tentativa até quixotesca", reconhece. Araucárias, pinheiros chineses, árvores japonesas (cujas sementes trouxe de uma de suas viagens), palmitos, cedros, pau-brasil (vindos de Pernambuco), angico preto, rosa, vermelho e branco, castanheiras, amendoim, jequitibá e jatobá. Essas são apenas algumas espécies plantadas ali, fora as inúmeras árvores frutíferas para atrair pássaros, como ingazeiras, amoreiras e ameixeiras.

Por enquanto a reserva tem a casa do dono e seis casas para os empre-

gados, pequenas hortas, apicultura e cinco lagos onde se cria peixes, tudo para consumo próprio. Roso costuma ir ao local nos finais de semana. "Outro dia fui trabalhar lá, longe do telefone, e em três horas rendi por um dia inteiro", comenta.

Com planos de fazer um centro de educação ecológica, o advogado esbarra em uma dificuldade: falta de apoio público ou privado. "Já procurei todas as parcerias possíveis, mas as empresas só querem saber qual o lucro imediato que terão", lamenta. "Não trabalham em termos de imagem."

Mesmo sem muita estrutura, o local recebe visitantes ecléticos, como grupos de bandeirantes, membros de clube de ioga e meditação, estudantes do primário, clubes da terceira idade e algumas crianças da favela do Morumbi. "Elas ficaram muito felizes tendo um contato com a natureza autêntica", diz Roso. "Foi extremamente gratificante."

Pela fragilidade das espécies nativas, o proprietário resolveu fazer uma plantação mista, com pinus, por exemplo, que são resistentes. No trabalho de reflorestamento, o primeiro passo é plantar as sementes no solo. Daí elas passam para saquinhas que ficam em viveiros por seis meses até que as mudas sejam plantadas. Na terra, precisam de dois anos de cuidados para vingar.

Roso acredita que não basta plantar. É necessário ter carinho pelas plantas e conversar com elas. Há 13 anos trabalhando ali, João Pereira dos Santos, chefe dos caseiros, pensa do mesmo modo. "É preciso mimá-las como se fossem crianças", afirma, olhando orgulhoso o bosque de pinheiros. "Fico feliz em saber lidar com elas." Segundo Santos, 75% da área da reserva já foi recuperada e o restante deve levar pelo menos dez anos para ser coberto.

De acordo com Osmar Corrêa, técnico do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) de São Paulo, existem outras três RPPN na Grande São Paulo, todas em área ru-



João Pereira dos Santos, que trabalha há 13 anos no sítio de Parelheiros.

ral — uma em Pirapora do Bom Jesus e duas em Santana de Parnaíba. São ao todo 15 no Estado, somando cerca de 580 hectares. "Nós só temos 7% de Mata Atlântica e parte dela está nas mãos de particulares", diz Corrêa. "É de grande importância que os proprietários preservem essa área."

Uma vez transformada em RPPN, a reserva tem esse caráter permanente. "Nunca mais vai ser desmatada ou loteada." O proprietário pode fazer na área ecoturismo, educação ambiental, pesquisa científica, viveiro de plantas e criadouro de animais silvestres da região. Fica com a obrigação de manter a vegetação e reflorestar a área que estiver

degradada. Em troca, tem isenção de Imposto Territorial Rural (ITR) e prioridade na análise de pedido de financiamento no Ibama.

A partir de dezembro, quando será feito o primeiro fórum para a criação de uma Área de Proteção Ambiental em Parelheiros, Roso poderá ter mais chances na busca de parcerias. "Chamaremos o advogado para participar do encontro e contar a história dele a outros proprietários", afirma Lúcia Bellenzani, chefe da Seção Técnica de Unidades de Conservação da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. "Ele poderá entrar em contato com algumas ONGs e quem sabe fazer um projeto de educação ambiental." ■

Patrícia Braga